PLANO DE ENSINO

FDCON

DISCIPLINA: PREVIDENCIÁRIO (seguridade, saúde, previdência e assistência social)

TURNO: M/N	PERÍODO: 10º	C.H.60

PROFESSOR:

I – IDENTIFICAÇÃO

Curso: Direito

II – Ementa

Princípios e fundamentos do ordenamento constitucional previdenciário brasileiro. Constituição Federal de 1988 e o Direito de Seguridade Social: estudo da legislação infraconstitucional. Regimes Previdenciários existentes no Direito Brasileiro. Processo Judicial e administrativo previdenciário no Brasil

III – Objetivos da Disciplina

Objetivo geral:
Formar profissionais aptos a viver e defender os valores e princípios gerais do direito, objetivando a justiça, a ética, a moral, a equidade, a igualdade e a liberdade; assumir cargos técnicos jurídicos nas diversas carreiras públicas ou privadas, sensíveis aos movimentos sociais e à dinâmica do direito, com raciocínio jurídico e reflexão crítica; desenvolver a reflexão científica motivadora da produção de conhecimentos jurídicos ensejadores de novos processos de criação do direito; contribuir criativamente para o desenvolvimento da sociedade contagense, mineira e brasileira, procurando adaptar inovações jurídico-tecnológicas às necessidades e exigências do seu desenvolvimento e expansão pessoal e comunitária.

Objetivos Específicos:

- Desenvolver a compreensão fundamental dos direitos políticos e de sua efetivação, bem como oferecer visão global do complexo de normas jurídicas disciplinadoras das relações jurídicas concernentes ao Direito Previdenciário, inserido que está no direito previdenciário constitucional;
- Identificar, na primeira parte do estudo, uma visão geral do direito previdenciário como ramo do direito constitucional da seguridade social, sob o prisma de sua história, fases, evolução e influências até hoje presentes em nosso cotidiano, procurando desta forma facilitar o entendimento do Direito Previdenciário e sua competência jurisdicional e seu trâmite administrativo;
- Interpretar e aplicar os diversos institutos do Direito Previdenciário nas relações dinâmicas da contemporaneidade, onde as novas relações sociais de trabalho que impõe uma dinamicidade desafiadora ao Direito Previdenciário, proporcionando uma visão global do complexo de normas jurídicas disciplinadoras das relações da seguridade social atuais;
- Reconhecer, interpretar e aplicar as questões de profundidade teórica e práticas peculiares ao Direito Previdenciário.

- Ocupar-se dos institutos que efetivam o direito previdenciário constitucional, analisando-o minuciosamente, realizando estudo analítico do direito previdenciário, bem como à jurisprudência eleitoral de nossos dias;
- Reconhecer, interpretar e aplicar as questões de profundidade teórica e práticas peculiares a Direito Previdenciário.

IV – Habilidades

- Ler, compreender textos relativos à temática do Direito Previdenciário;
- Interpretar textos normativos (legislação, jurisprudência, doutrina e outras fontes) relativos à disciplina de Direito Previdenciário;
- Reconhecer terminologias jurídicas relativas à disciplina Direito Previdenciário e suas especificidades;
- Identificar situações jurídicas conflitantes na sociedade relativas à aplicação do Direito Constitucional à Previdência Social e sua relação com a legislação Previdenciária;
- Dominar tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito Previdenciário;
- Compreender o conteúdo sob a perspectiva constitucional e jurisprudencial e seu vínculo prático com o Direito Previdenciário.

V – Competências

- Elaborar textos, atos e documentos com conteúdo jurídico relacionado à disciplina de Direito Previdenciário;
- Pesquisar, identificar e aplicar os textos normativos à situações concretas (apontar fundamentos legais, doutrinários e jurisprudenciais acerca do Direito Previdenciário);
- Aplicar a correta terminologia jurídica e da Ciência do Direito, específica do Direito Previdenciário;
- Utilizar raciocínio jurídico, argumentação, persuasão e reflexão crítica para criar posicionamentos jurídicos acerca do Direito Previdenciário;
- Aplicar as regras relativas ao Direito Previdenciário sob a perspectiva principiológica constitucional, legal, jurisprudencial e administrativa.

VI – Descrição do Conteúdo

UNIDADE I - A SEGURIDADE SOCIAL E O DIREITO PREVIDENCIÁRIO
1.1. Evolução histórica da seguridade social;
1.2. A seguridade social na Constituição Federal de 1988 — normas gerais;
1.3. Princípios da Seguridade Social.

UNIDADE II – PRESTAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
2.1. Segurado e manutenção da qualidade de segurado;
2.2. Dependentes;
2.3. Das inscrições;
2.4. Período de carência;
2.5. Salário de benefício;
2.6. Renda mensal dos benefícios.
2.7. Reajustamento e pagamento dos benefícios.

UNIDADE III – SISTEMA NACIONAL DA SEGURIDADE SOCIAL: SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREVIDÊNCIA SOCIAL
3.1. Saúde: conceito, objetivos e aplicação;
3.2. Assistência Social: conceito, objetivos, custeio e benefícios;
3.2.1. Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS);
3.3. Previdência Social: conceito, objetivos;
3.4. Segurados da Previdência Social: dependentes, das inscrições; período de carência; salário de benefício; renda mensal dos benefícios.
3.5. Manutenção e perda da qualidade de segurado. Carência. Conceitos básicos (salário de benefício, renda mensal, salário de contribuição, etc)

UNIDADE IV - PRESTAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. BENEFÍCIOS
4.1. Aposentadoria por incapacidade permanente;
4.2. Aposentadoria (por idade e tempo de contribuição). Regras de transição;
4.3. Aposentadoria especial;
4.4. Aposentadorias por tempo de contribuição e por idade do segurado com deficiência;
4.5. Auxílio-doença. Salário-família;
4.6. Salário-maternidade;
4.7. Auxílio-acidente;
4.8. Pensão por morte;
4.9. Auxílio-reclusão;
4.10. Habilitação e reabilitação profissional;

UNIDADE V - ACIDENTE DE TRABALHO
5.1. Conceito de acidente do trabalho;
5.2. Doenças ocupacionais;
5.3. Nexo causal e concausalidade;
5.4. Aspectos da proteção previdenciária à vítima do acidente;
5.5. Comunicação de acidente de trabalho;
5.6. Responsabilidade do tomador de serviços;
5.7. Estabilidade do empregado acidentado.

UNIDADE VI - O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
6.1. Normas gerais constitucionais. Financiamento de forma direta e indireta;
6.2. Contribuições sociais para o custeio da seguridade social;
6.3. Contribuições do empregador, da empresa ou da entidade a ela equiparada;
6.4. Contribuição do empregador doméstico;
2.5. Contribuição do segurado.

UNIDADE VII – O PROCESSO JUDICIAL PREVIDENCIÁRIO
7.1. A competência da Justiça Federal. Regras gerais;
7.2. Competência para o processamento das ações previdenciárias. Competência delegada. Juizados Especiais Federais. Acidente do trabalho. Mandado de segurança;
7.3. Declaração de incompetência. A Súmula 33 do STJ;
7.4. Conflitos de competência;
7.5. O prévio requerimento administrativo;
7.6. Procedimento comum;
7.7. Procedimento dos Juizados Especiais Federais;
7.8. A prova no Direito Previdenciário;
7.9. Recursos;
7.10. Ação rescisória.

VII – Procedimentos Didáticos

Aula expositiva e dialogada, com debates e discussões sobre os conteúdos ministrados, procurando-se testar a consistência dos conceitos e formulações à luz do ordenamento jurídico, dos anseios sociais e das teorias, tanto do direito quanto das demais ciências.
A disciplina procurará fomentar uma visão plural da sociedade e do fenômeno jurídico, de modo que a didática utilizada fomente a compreensão do discente como ser autônomo.
Além desses procedimentos didático-pedagógicos e, visando atender as Portarias MEC nº 343/2020 e nº 544/2020, bem como o Parecer CNE/CP nº 11/2020, as aulas terão as seguintes configurações:
1º Anteriormente ministradas presencialmente, passarão a ser ministradas, na modalidade remota ao vivo pela plataforma "Zoom", no mesmo dia e horário da aula presencial, através das tecnologias de informação e comunicação, com a utilização de ferramentas síncronas (via transmissão online – Webconferências, chats, seminários e debates online, que acontecem em horário previamente agendado) com aula mediada pelo professor, e as ferramentas assíncronas (são aquelas consideradas desconectadas do momento real e/ou atual) como materiais disponíveis e acessíveis no sistema de acesso dos alunos.
2º Todas as atividades estarão disponíveis através de links disponíveis no Portal do Aluno TOTVS, que poderá ser acessadas pelos estudantes a qualquer hora, tais como: material de aula na Plataforma Prezi, testes, tarefas, listas de exercícios, e-mail, arquivos de conteúdo, vídeos, gravação das aulas. Será utilizada uma combinação entre ferramentas síncronas e assíncronas para oferecer uma boa experiência de ensino, permitindo doses certas de interatividade e autonomia do protagonismo dos nossos estudantes.
3º As atividades práticas supervisionadas seguem as regras da Portaria MEC nº 544/2020, conforme Ofício e planilhas encaminhados pela FDCON ao MEC.
4º Durante todo o semestre serão aplicadas Metodologias Ativas, possibilitando ao aluno desenvolver habilidades e competências previstas na DNC e no PPC do curso utilizando:
4.1) A aprendizagem entre pares e times, com formação de equipes dentro de determinada turma para que o aprendizado seja feito em conjunto e haja compartilhamento de ideias;
4.2) Aprendizagem baseada em problemas, construindo o aprendizado conceitual, procedimental e atitudinal por meio de problemas propostos, possibilitando exposição a situações motivadoras, preparando o discente para o mundo do trabalho;
4.3) Aprendizagem baseada em projetos: fazer com que os alunos adquiram conhecimento por meio da solução colaborativa de desafios.

PLANO DE ENSINO

FDCON

VIII – Recursos/ Materiais/ Locais

A disciplina será ministrada através de aulas expositivas, com a utilização de Lousa Digital, datashow, retroprojetor, utilização do acervo Bibliográfico digital e físico da instituição, cujo aparato tecnológico propiciará aulas dinâmicas, com metodologias ativas, que fazem do aluno protagonista de seu aprendizado, além de apresentações orais por meio de microfone, bem como visitas técnicas para complemento das atividades em sala.

IX – Avaliação

O discente será avaliado com base na distribuição de 100 (cem) pontos, consistente na aplicação de 4 avaliações, sendo: 1ª Avaliação Parcial: 30 (trinta) pontos, composta de 6 questões objetivas, padrão OAB 1ª Fase, e 4 discursivas, padrão OAB 2ª Fase; 2ª Avaliação Parcial: 30 (trinta) pontos, composta de 6 questões discursivas, padrão ENADE; Trabalho Teórico-Prático: 10 (dez) pontos, cuja realização será feita em equipe, ficando todos os integrantes responsáveis pela análise de um processo real, a ser disponibilizada por cada professor, devendo, todos os integrantes da respectiva equipe produzirem texto escrito, com valor de 5 (cinco) pontos, referente à pesquisa feita do processo real, além de realizarem apresentação Oral análise do processo, com valor de 5 (cinco) pontos; e Avaliação Final: 30 (trinta) pontos, cuja prova reunirá 10 questões de cada disciplinas dogmáticas do período e deverá ter como base as questões objetivas da 1ª fase do Exame de Ordem (OAB).

X – Bibliografia

Básica

- BUENO, C. S. **Curso sistematizado de direito processual civil - procedimento comum, processos nos tribunais e recursos.** São Paulo: Saraiva, 2020
- MARTINEZ, L. **Reforma da previdência.** São Paulo: Saraiva, 2020
- SANTOS, M. F. D. **Direito previdenciário.** 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2019

Complementar

- ALENCAR, H. A. **Cálculo de Benefícios Previdenciários.** 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2018
- GONÇALVES, M. V. R. **Novo curso de direito processual civil.** 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2020
- LEITÃO, André Studart; MEIRINHO, Augusto Grieco Sant'Anna. Manual de direito previdenciário. 5ª. ed. – São Paulo: Saraiva, 2018.
- SANTOS, M. F. D.; LENZA, P. **Direito previdenciário esquematizado®.** 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2019
- ARRAIS, H. **Direito previdenciário para concursos.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2019